

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.628 - DF (2019/0266066-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : JOAQUIN NETO DIONISIO DA SILVA
ADVOGADO : MARIA REGINA DE SOUSA JANUÁRIO - MG099038
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por JOAQUIN NETO DIONISIO DA SILVA, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. ANULAÇÃO DE INCORPORAÇÃO. ARTIGO 139, §§ 2º E 4º. DECRETO 57.654/66. ENFERMIDADE PREEXISTENTE À INCORPORAÇÃO OU DECORRENTE DE ACIDENTE OCORRIDO DURANTE A ATIVIDADE MILITAR. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PARA ATIVIDADE MILITAR. NULIDADE DA SINDICÂNCIA. NECESSIDADE DE PERÍCIA. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO. FALSIDADE NAS CONCLUSÕES DA JUNTA MÉDICA OFICIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NÃO COMPROVAÇÃO.

1. Os militares temporários do serviço ativo das Forças Armadas tem direito à assistência médico-hospitalar, na condição de adido, com o fito de garantir-lhe adequado tratamento, quando constatada incapacidade temporária. (Nesse sentido: REsp 1195149/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 05/04/2011, DJe 14/04/2011).
2. Carecendo a questão relativa à incapacidade temporária do autor de dilação probatória, notadamente perícia judicial que não requerida pela parte recorrente, não há como afastar, com base em prova exclusivamente documental, as conclusões da junta médica oficial que redundaram na anulação da incorporação do militar, com fundamento no artigo 139, §§ 2º e 4º, do Decreto 57.654/66.
3. O recorrente também postulou a condenação da União em indenização por danos morais, em razão de suposta falsidade e contradição na declaração da junta médica oficial que considerou que a enfermidade que o acomete é preexistente ao ato de incorporação.
4. É certo que o artigo 37, § 6º, da Constituição Federal estabelece a

Superior Tribunal de Justiça

responsabilidade da Administração Pública por danos morais causados a servidor militar quando demonstrada a falta ou falha da Administração na prática de algum ato para com aquele, mas a narrativa constante da inicial não é suficiente a caracterizar tal responsabilidade.

5. Ausente a prova de ilícito perpetrado no âmbito da atividade castrense, notadamente quanto à falsidade e contradição nas declarações dos médicos da Organização Militar, não há que se falar em indenização por danos morais.

6. Apelação do autor desprovida" (fl. 521e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 525/532e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REJULGAMENTO DA CAUSA E INVIABILIDADE DOS EMBARGOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Como regra geral, é imprescindível para a oposição de embargos de declaração que a parte demonstre a existência, na decisão embargada, de um ou mais dos pressupostos de seu cabimento, a saber, omissão, obscuridade ou contradição, nos termos do art. 535, incisos I e II, do CPC então vigente (art. 1.022, incisos I e II, do CPC atual).

2. O acórdão embargado foi proferido na regência do CPC de 1973, e a controvérsia foi dirimida pelo Tribunal segundo a sua compreensão da matéria, declinando-se no acórdão embargado os fundamentos relevantes e suficientes para solução da lide ao seu tempo (*tempus regit actum*). Não se volta ao passado para invalidar decisões e aplicar regra processual superveniente.

3. Mesmo na hipótese de embargos declaratórios para fins de prequestionamento da questão legal ou constitucional, é pacífico o entendimento de que é incabível a interposição de tais embargos de declaração se não estiverem presentes os pressupostos específicos dessa modalidade de integração do julgado, conforme precedentes deste Tribunal declinados no voto.

4. Assim, ausentes os pressupostos de cabimento dos embargos de declaração, estes devem ser rejeitados" (fl. 545e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a e c,

Superior Tribunal de Justiça

da Constituição Federal, a parte ora agravante apontou, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 333, II, do CPC/73, 927 do Código Civil, 50, IV, 82, I, e 84 da Lei 6.880/80, sustentando que:

"Ilustre Ministro(a) Relator(a), entendeu o Tribunal *a quo* que o Recorrente não teria direito à reintegração na condição de adido, pois a sua exclusão teria sido legal, já que não se desincumbiu de comprovar que se encontra incapaz para as atividades laborais e, por ser militar temporário, a exclusão pela Administração Militar seria ato discricionário.

Contudo, tal entendimento afronta a jurisprudência firmada por esse e. Superior Tribunal de Justiça.

(...)

Sobre a questão do ônus da prova, cumpre salientar, primeiramente, que em suas razões recursais, ao contrário do que constou do v. acórdão de fls. 424/432, o Recorrente requereu o julgamento antecipado da lide, pois quem teria que comprovar fato impeditivo ao seu direito era a União, pois a tese defendida pelo Recorrente é que não possuía doença preexistente, no momento de sua incorporação, ou seja, incumbia à Recorrida comprovar que o Recorrente era portador de doença preexistente e não incorporá-lo às suas fileiras, o que não restou comprovado nos autos, conforme preconiza o artigo 373, II, do NCPC (art. 333, II, CPC/73).

(...)

Com efeito, incumbia ao Recorrente provar os fatos afirmados, como se traduz da teoria clássica romana - "*actori incumbit ônus probandi*" (o ônus da prova recai ao autor), o que restou comprovado, através de toda documentação médica acostada aos autos, mormente pelas Atas de Inspeção de Saúde de fls. 90/96, sendo da Ré, ora Recorrida, porém, o ônus da prova quanto ao fato impeditivo ao direito autoral (alegação de doença preexistente à incorporação), sendo certo que, ao inadmitir o pedido do Recorrente e contra este deduzir, em sua defesa, questões que desconstituíam o direito exordialmente pleiteado, era imprescindível que a União apresentasse provas suficientes a comprovarem suas alegações.

Tal como constou dos autos, o Recorrente lesionou gravemente a sua coluna, em razão das atividades militares e do acidente sofrido em serviço (fls. 80) e, mesmo diante da incontestável relação entre as lesões e a atividade militar – pois incorporou às fileiras militares perfeitamente sadio e, somente se tornou incapacitado para as atividades laborais, durante a prestação do serviço militar –, a Junta

Superior Tribunal de Justiça

Médica Militar o examinou, para fins de anulação de incorporação, e emitiu o seguinte parecer (fls. 96):

(...)

Aliás, apenas e tão-somente por essas razões que o Recorrente não requereu a produção de prova pericial, mas sim o julgamento antecipado da lide, na medida em que foi julgado apto para fins de incorporação, caberia, obviamente, à Recorrida comprovar o contrário, isto é, que o Recorrente seria portador de doença preexistente à sua incorporação, já que se trata de fato impeditivo ao direito autoral, cujo ônus da prova incumbia à União.

Ora, Excelência, data maxima venia, em que pese o brilhantismo do raciocínio desenvolvido pelo v. acórdão, ao não considerar o nexo de causalidade entre a incapacidade do Recorrente e o serviço militar, o r. *decisum* incorreu em evidente equívoco, pois conforme demonstrado durante todo o trâmite processual, a) a patologia da qual o Recorrente é portador NÃO É PREEXISTENTE À SUA INCORPORAÇÃO ÀS FILEIRAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO, bem como b) se manifestou DURANTE E EM VIRTUDE da prestação do serviço castrense (acidente em serviço).

Com efeito, restaram violados, no caso em tela, não apenas os princípios da legalidade e da razoabilidade, mas também os princípios da moralidade e da impessoalidade, porque não existe um só documento que demonstre que o Recorrente tenha incorporado às fileiras r. militares com problemas de saúde.

(...)

Portanto, caberia à Recorrida comprovar que o Recorrente seria portador de doença preexistente à sua incorporação, já que se trata de fato impeditivo ao direito autoral, cujo ônus da prova, a teor do artigo 373, II, do NCPC (art. 333, II, do CPC/73), incumbe à União, ora Recorrida.

A solução da sindicância, destarte, consubstancia-se como ato administrativo eivado de vício insanável, porquanto praticado com abuso de poder, na modalidade desvio de finalidade – uma vez que foi lavrada com o único intuito de prejudicar o Recorrente, cujo desligamento era objetivado pela Força; é patente que a Administração Militar, com a instauração da sindicância inquinada, tentou imprimir legalidade ao ato de exclusão do Recorrente. Tal ato de desligamento, ao lastrear-se na solução da sindicância – conforme fundamentação exposta –, foi editado com base em motivo falso, qual seja, a suposta "preexistência de doença à incorporação".

Como é sabido, o motivo do ato administrativo deve ser existente e

Superior Tribunal de Justiça

verdadeiro, para que possa lhe servir de fundamento, e a inobservância desse requisito enseja a nulidade do ato. Conclui-se, assim, que o ato de exclusão do Recorrente carece de fundamento legal, razão pela qual deve ser decretada a sua nulidade.

De qualquer sorte, Excelência, o entendimento desse Superior Tribunal de Justiça, abaixo ementado, é exatamente no sentido de que, PARA A CONFIGURAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE, BASTA QUE A DOENÇA TENHA SE MANIFESTADO DURANTE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR.

(...)

No caso dos autos, o Recorrente se encontrava incapaz temporariamente para o serviço do Exército e, se a Junta tivesse procedido conforme determina a lei, teria de tê-lo mantido adido à sua Unidade, até que esgotados os recursos terapêuticos e observados os prazos constantes da lei para a recuperação de sua saúde, ainda que tivesse terminado o tempo de serviço – o que não era do interesse da Administração Militar – , senão vejamos:

(...)

Ora, não resta dúvida de que o Recorrente se encontrava (e ainda se encontra) incapacitado para o serviço militar, em decorrência das atividades militares (acidente em serviço), razão porque deveria ter sido incluído na condição de agregado/adido, para fins de tratamento médico e vencimentos, conforme determina o art. 82, I e art. 84, ambos da Lei no 6.880/80, mas JAMAIS EXCLUÍDO, até mesmo porque foi excluído das fileiras militares em 28.02.2007 (fls. 85), sem que fosse realizada, portanto, a inspeção de saúde definitiva pela Junta Médica Superior (fls. 132), de acordo com o art. 36, § 1º, da Portaria nº 042-DGP, de 12 de abril de 2004.

(...)

Por outro lado, a Lei Federal n.º 6.880/80 (Estatuto dos Militares) prevê e determina, imperativamente, total amparo à recuperação da saúde do militar, senão vejamos:

(...)

Além disso, o Decreto n.º 92.512/86 prescreve o seguinte:

(...)

De se concluir, pois, que tendo o Recorrente incorporado nas fileiras do Exército, após regular inspeção de saúde, na qual foi julgado "apto", é de se concluir que o serviço militar – que afasta o cidadão da proteção previdenciária comum – não pode lhe trazer prejuízos, como vem ocorrendo com o Recorrente, cuja incapacidade advém do desgaste contínuo de sua coluna vertebral provocado pelo serviço

Superior Tribunal de Justiça

militar, bem como em razão de acidente de serviço.

(...)

Portanto, por esses motivos, evidentemente, está presente o nexo causal entre as lesões/doenças do Recorrente e o exercício da atividade militar, motivo pelo qual faz jus à reintegração às fileiras militares, na condição de adido/agregado, para fins de tratamento médico, alterações e percepção do soldo, nos exatos termos do art. 82, I c/c art. 84, ambos da Lei no 6.880/80, mormente porque a União não se desincumbiu do ônus de provar que a doença preexistia à incorporação na Força.

Por fim, no tocante à condenação por danos morais, o Tribunal *a quo* alega que, considerando que o ato de exclusão foi legal, inexistiria direito à pleiteada indenização.

Ilustre Ministro(a) Relator(a), pela análise dos autos, verifica-se que é evidente que a conduta da União causou danos de natureza extrapatrimonial ao Recorrente, razão pela qual deve ser condenada a compensá-los.

(...)

O que temos na hipótese dos autos, Excelência, é a clara violação de direito líquido e certo do Recorrente, militar de conduta ilibada, excluído das fileiras do Exército Brasileiro de forma manifestamente ilegal, haja vista sua incontestável situação de incapacidade, oriunda de doenças/lesões decorrentes de acidente sofrido em ato de serviço, durante a prestação do serviço militar.

Diante dessas considerações, o direito do Recorrente é latente, razão porque merece provimento o presente Especial, de modo a reformar totalmente o v. acórdão, no sentido de reconhecer o seu direito à reintegração, nos termos acima alinhavados e conforme a legislação castrense, com a consequente condenação da União ao pagamento de danos morais.

DO CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL, COM FUNDAMENTO NO ART. 105, III, DA CF

Eminente Ministro(a)-Relator(a), não bastasse a violação direta a dispositivos da Lei n.º 6.880/80, ao negar ao Recorrente o direito à reintegração, na condição de adido/agregado, a decisão impugnada ainda deu interpretação diversa - da que foi atribuída por esse Colendo Tribunal Superior de Justiça - ao art. 50, IV, 'e' c/c art. 82, I e art. 84, da Lei no 6.880/80 e art. 927 Código Civil Brasileiro, em relação à indenização por danos morais.

(...)

DO COTEJO ANALÍTICO ENTRE OS ARESTOS

Superior Tribunal de Justiça

(...)

Conforme se percebe, apesar da farta documentação médica acostada aos autos que evidencia a incapacidade temporária do Recorrente à época em que foi excluído, o acórdão impugnado adotou uma tese jurídica totalmente contrária ao entendimento firmado por esse e. Superior Tribunal de Justiça, mormente ao concluir, erroneamente, que o Recorrente não teria direito à reintegração, na condição de adido.

Assim, a decisão recorrida violou os artigos 50, IV, "e"; 82, I e 84, todos da Lei 6.880/80, pois uma vez demonstrado nos autos que o Recorrente tornou-se incapaz temporariamente (inclusive à época de sua ilegal exclusão), em virtude de doenças/lesões adquiridas durante e em razão da prestação do serviço castrense (acidente em serviço), deve ser reconhecido o seu respectivo direito à reintegração às fileiras militares, na condição de adido – conforme determinam os mencionados dispositivos legais e tal como restou decidido no acórdão colacionado como parâmetro de confronto.

(...)

Pela simples leitura da ementa da decisão adotada como parâmetro de confronto, o aresto é enfático ao afirmar que esse C. Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento, no sentido de que, mesmo o Estatuto dos Militares não prevendo a indenização por danos morais, existe a responsabilidade do Estado em relação aos danos causados aos militares que adquirem incapacidade durante ou em razão da prestação do serviço militar.

(...)

Conforme se infere, a r. decisão recorrida violou o art. 927 do Código Civil, posto que demonstrado nos autos que o Recorrente tem direito à indenização por danos morais, ainda que o Estatuto dos Militares não possua tal previsão.

Destarte, restou demonstrada a diversidade de tratamento jurídico destinado a uma mesma situação, estando Presentes, portanto, os requisitos de admissibilidade para conhecimento do presente recurso excepcional, também com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional.

Portanto, em homenagem ao princípio da segurança jurídica, resta evidente que não pode haver decisões díspares em relação a uma idêntica situação fática, revelando-se necessária a reforma do v. acórdão impugnado, a fim de que prevaleça a tese jurídica fixada por esse e. Superior Tribunal de Justiça" (fls. 557/583e).

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, requer "seja conhecido e provido o presente Recurso Especial, para reformar o acórdão recorrido, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, e art. 13, IV, "a" e "c", do RISTJ, a fim de que: (i) seja determinada a nulidade do ato de exclusão e subsequente reintegração do Recorrente às fileiras militares, na condição de adido/agregado, para que seja assegurada a recuperação de sua saúde, sem prejuízo do respectivo soldo, com o pagamento de todas as parcelas remuneratórias e vantagens a que teria direito, se na ativa estivesse, tudo acrescido de juros e correção monetária, nos exatos termos do art. 50, IV, 'e' c/c art. 82, I e art. 84, da Lei nº 6.880/80; bem como (ii)) seja a União condenada ao pagamento de indenização por danos morais, nos termos do art. 927, do Código Civil" (fl. 584e).

Contrarrazões, a fls. 624/640e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 642/644e), foi interposto o presente Agravo (fls. 647/659e).

Contraminuta, a fls. 662/666e.

Conheço do Agravo, todavia o Recurso Especial não merece ser conhecido.

Na origem, trata-se de demanda proposta pela parte ora recorrente, com o objetivo de que seja decretada "a nulidade da sindicância instaurada pela Portaria n.º 138 - Sect/Sind, de 25 de julho de 2006, bem como do ato de exclusão do Autor, determinando-se a subsequente reintegração na condição de adido, com o pagamento de todas as parcelas remuneratórias e vantagens a que teria direito se adido estivesse", bem como para que "seja a União condenada a indenizar o Autor a título de compensação pelos danos morais sofridos em razão do ato ilegal de exclusão" (fl. 62e).

Julgada improcedente a demanda, recorreu o autor, restando mantida a sentença, pelo Tribunal **a quo**.

Dá a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação aos arts. 50, IV, e, 82, I, e 84 da Lei 6.880/80, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e as teses recursais a eles vinculadas, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, registre-se que as teses recursais vinculadas aos dispositivos tidos como violados não foram apreciadas no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. **SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESSARCIMENTO DE VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE NOS AUTOS DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF.** AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. **O requisito do prequestionamento pressupõe tenha havido na instância ordinária o debate de determinada tese jurídica sob um dado enfoque normativo, não bastando a simples menção a dispositivo legal para que esse requisito de admissibilidade seja considerado cumprido.**

2. *In casu*, o agravante na origem não suscita a apreciação da controvérsia à luz dos dispositivos de lei federal apontados como violados em seu recurso especial, tendo, inclusive, deixado de provocar a manifestação da Corte regional mediante a oposição dos competentes embargos de declaração. **Aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.**

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.017.857/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/03/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. (...)

2. **A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.**

3. (...)

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Além disso, ainda que tal óbice sumular pudesse ser afastado – o que não é o caso, registra-se desde já –, observa-se que a Corte Federal decidiu "que, embora o autor tenha participado do curso de formação de soldado, tal situação não o torna militar de carreira, **incidindo**, pois, no caso, o Estatuto dos Militares, citado anteriormente, e a **legislação que rege o Serviço Militar (Lei 4.375/64), regulamentada pelo Decreto n. 57.654/1966 (...).** Como a sua situação de saúde foi identificada, em julho de 2006, como doença preexistente à incorporação (fl. 95), teve **a anulação da sua incorporação declarada**, conforme solução da sindicância (doc. fl. 177-179). **O ato anulatório teve como fundamento o artigo 139, § 2º, do precitado Decreto 57.654/66. (...)** O mesmo **artigo 139 prevê que a anulação de incorporação do militar julgado "Incapaz B-2"** acarreta a expedição do certificado de dispensa de incorporação. (...). Portanto, **o consectário legal da anulação de incorporação, para o militar considerado Incapaz B-2, é a simples expedição do certificado de dispensa de incorporação. (...)** A inércia do autor acarretou, portanto, a preclusão para eventual insurgência quanto às conclusões da junta médica oficial, não havendo que se falar em cerceamento de defesa na esfera administrativa" (fls. 513/518e).

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 12, 18, 19 E 21 DA LEI N. 101/00. **DEFICIÊNCIA RECURSAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 283 DA SÚMULA DO STF. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 83 DA SÚMULA DO STJ. EXISTÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO NA CONDUTA DOS AGENTES. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.**

I - Na origem, trata-se de ação civil pública, com pedido liminar, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul por ato de improbidade administrativa. Na sentença, julgaram-se procedentes os pedidos. No Tribunal *a quo*, a sentença foi mantida.

II - O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial com

Superior Tribunal de Justiça

fundamento nos enunciados das Súmulas n. 7 e 83 do Superior Tribunal de Justiça e no enunciado da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

III - Os recorrentes alegam violação dos arts. 12, 18, 19 e 21 da Lei n. 101/00, insurgindo-se contra a tipificação de suas condutas como ato de improbidade administrativa. Afirmam que o ato estava revestido de legalidade, bem assim que o aumento do subsídio dos agentes políticos se deu nos termos da legislação.

IV - Com relação à suposta ofensa aos arts. 12, 18 e 19 da Lei n. 101/00, observa-se que não houve clara exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado cada um dos artigos indicados como violados, o que impede o conhecimento do recurso especial por fundamentação deficiente, considerando o teor da Súmula n. 284 do STF, a qual dispõe: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'. Nesse sentido, seguem alguns precedentes desta Corte: AgInt no AREsp n. 704.489/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 23/8/2017; AgInt no AREsp n. 1.209.958/RJ, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 22/5/2018, DJe 28/6/2018; AgInt no AREsp n. 1.256.777/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 26/6/2018, DJe 2/8/2018)

V - Além disso, quanto à violação do art. 21 da Lei n. 101/00, houve incompleto enfrentamento das razões de decidir do acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Enquanto a decisão proferida pelo Tribunal *a quo* pautou-se no disposto no parágrafo único do art. 21 da Lei n. 101/00, em ordem a reconhecer a ilegalidade das leis municipais aprovadas, os recorrentes limitaram-se a discutir a ofensa ao inciso I do art. 21 da Lei n. 101/00, deixando de impugnar a interpretação dada ao parágrafo único.

VI - Ora, se a função institucional do Superior Tribunal de Justiça é assegurar uniformidade à interpretação da lei federal, não há como sindicar eventual apreciação equivocada da regra legal pelo Tribunal de Justiça quando os recorrentes deixam de expor os vícios interpretativos em que teria incorrido a decisão impugnada. Ao impugnar disposição legal que não subsidiou o julgamento impugnado, os recorrentes, a um só tempo, alijaram o Superior Tribunal da sua função central e mantiveram incólume fundamento suficiente para a preservação da decisão questionada.

VII - Incide, pois, a Súmula n. 283 do STF, aplicável por

analogia aos recursos especiais, cujo enunciado é o seguinte: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'.

VIII - Oportuno salientar que a aplicação analógica da Súmula n. 283 ao recurso especial é entendimento pacífico nesta Corte. Veja-se: REsp n. 1.642.686/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/3/2017, DJe 20/4/2017.

(...)

XIII - A alteração das conclusões firmadas pelas instâncias inferiores somente poderia ser alcançada com o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula n. 7 do STJ.

XIV - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.365.442/MS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/09/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ART. 1.025 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. Extrai-se do acórdão recorrido que o dispositivo legal apontado como violado e a matéria a ele correlata não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, nem sequer implicitamente. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado.

2. O Superior Tribunal de Justiça possui precedente no sentido de que 'a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/2015), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que, uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei' (REsp 1.639.314/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 10/4/2017). Logo, inexiste o óbice de não se conhecer do recurso especial ante a falta de prequestionamento na sistemática do Código de Processo Civil de 2015.

3. A ausência de impugnação, nas razões do especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão

estadual atrai, por analogia, o óbice da Súmula 283/STF.

4. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do que decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula 284/STF.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.813.226/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/09/2019).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. REDUÇÃO DA MULTA. ACÓRDÃO COM ENFOQUE CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. **FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATAcado. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 DO STF.** ALTERAÇÃO DO JULGADO QUE DEMANDA REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Trata-se, na origem, de Ação ajuizada por particular contra o Ibama visando à anulação de autuação e de multa imposta em razão da prática da infração ambiental de manter em cativeiro, sem autorização do órgão ambiental, duas espécimes de aves da fauna silvestre brasileira.

2. Cabível a Súmula 126 do STJ quando o acórdão proferido pelo Tribunal local decide a lide com fundamentos infraconstitucional e constitucional, qualquer deles suficiente para manter a conclusão do julgado, e a parte não interpõe Recurso Extraordinário.

3. A fundamentação utilizada pelo Tribunal a quo para firmar seu convencimento não foi integralmente atacada pela parte recorrente e, sendo apta, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF.

4. Ainda, considerando a motivação adotada na origem, à luz do contexto fático-probatório dos autos, o acórdão recorrido somente pode ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é obstado, em Recurso Especial, pela Súmula 7/STJ: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial'.

5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.812.097/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/08/2019).

Superior Tribunal de Justiça

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. **FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF.** HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Lado outro, anote-se que, na vigência do regime processual anterior, "em regra, o ônus da prova incumbe a quem alega o fato, de modo que, salvo nas declaratórias negativas, ao autor cabe a prova dos fatos constitutivos e ao réu a prova dos fatos extintivos, impeditivos ou modificativos. Inteligência dos art. 326 c/c 333, I e II, do CPC. Precedentes: AgRg no AREsp 154.040/GO, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 18/6/12; REsp 1.253.315/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 17/8/11; REsp 161.629/ES, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, Quarta Turma, DJ 21/2/00".

In casu, o Tribunal de origem assim decidiu:

"Por outro lado, a discussão em torno da (i)legalidade das conclusões da junta médica oficial e da sindicância realizada, é matéria que demandaria dilação probatória, notadamente, perícia médica judicial.

Isto porque não há como afirmar, apenas com base na documentação apresentada, se a enfermidade que acometeu o autor durante o serviço militar, é ou não preexistente ao ato de incorporação, de modo

a elidir as conclusões da sindicância.

O autor não requereu a realização de prova pericial. Entendendo que a documentação apresentada seria suficiente a lhe assegurar o pleito, limitou-se a juntar laudos médicos de profissional particular. Pugnou, inclusive, pelo julgamento antecipado da lide (cf. fl. 260). Entretanto, tais **documentos, unilateralmente confeccionados, são insuficientes a demonstrar ilegalidade no procedimento adotado pela Organização Militar.**

Da mesma forma, **os elementos de prova constantes nos autos afastam a hipótese de enfermidade decorrente de acidente em serviço**, notadamente porque o autor já se encontrava na condição de adido desde o dia 31 de dezembro de 2004, bem antes do incidente noticiado, conforme faz prova o documento de folha 77.

Segundo consta nos autos, os problemas de saúde do demandante começaram a se manifestar ainda no ano de sua incorporação, em 2004, anteriormente, pois, ao incidente do dia 27/02/2005, ocasião em que o recorrente, durante a prática desportiva no campo de futebol da Guarnição, teria machucado o joelho direito e a coluna.

Assim, nos dias 26 e 27 de janeiro de 2005, o autor havia apresentado quadro de dor lombar. Foi diagnosticado, em 10 de fevereiro de 2005 com hérnia inguinal, com o parecer “*será submetido à cirurgia*” e, no dia 19 de fevereiro de 2005, submetido à avaliação médica, para fins de licenciamento, com parecer “*não apto*”. Tais informações constam do registro de visita médica do autor (doc. fl. 88).

Também os atestados médicos dos dias 27/01/2005 e 10/02/2005, confirmam que o autor foi dispensado de TAF, TFM, formatura e escala de serviço por 15 (quinze) e 10 (dez) dias, respectivamente (cf. doc. fls. 100 e 102).

Em sessão realizada no dia 25 de fevereiro de 2005, a junta de inspeção de saúde da Guarnição de Brasília, o considerou “*incapaz temporariamente para o serviço do Exército*”. A inspeção foi realizada para fins de licenciamento (cf. doc. fl. 90).

Repita-se, pois, que, no dia 27/02/2005 (data do fato noticiado), o autor já se encontrava incapacitado para o serviço ativo. **Não há que se falar, pois, em expedição do documento sanitário de origem, por força da enfermidade diagnosticada em data anterior.**

Vale destacar que o incidente, embora datado de 27/02/2005, somente veio a ser noticiado ao Comando em novembro de 2005, e constou da folha de alterações do militar apenas no dia 6 de janeiro de 2006, praticamente um ano após o evento (cf. doc. fl. 80 e 97-98).

O que se verifica, do contexto fático-probatório, é que, já no

início do ano de 2005, o autor foi submetido a sucessivas inspeções, com diagnósticos semelhantes (cf. doc. fls. 91-96).

Durante todo o período em que permaneceu nas fileiras do Exército (de março de 2004 a março de 2007), ele recebeu tratamento médico da Organização militar, com consultas a especialistas, receituário, exames e fisioterapia, não havendo, pois, comprovação, de que seu estado de saúde tenha sido negligenciado pela Administração.

Ademais, **consoante ressaltado na sentença, não ficou demonstrado que o atual estado de saúde do autor estaria a reclamar a manutenção da sua condição de adido, pois a documentação médica produzida por profissional particular (doc. fls. 125-130) não se presta a tal finalidade.**

Não havendo prova, ademais, de que a enfermidade lhe teria acarretado incapacidade para toda e qualquer atividade da vida civil, não há como assegurar eventual reforma.

Tais circunstâncias (incapacidade temporária ou definitiva - total ou parcial), como regra, reclamam a realização de perícia judicial, mas, consoante afirmado anteriormente, não houve requerimento da parte autora nesse sentido.

Eventuais divergências médicas, relativas ao diagnóstico da(s) enfermidade(s) do recorrente, não são capazes de acarretar tal vício.

(...)

Não há, pois, contradição entre as informações médicas, sendo bem semelhante o diagnóstico em todos os documentos.

Assim é que, durante todo o período em que permaneceu no Exército, o autor não foi irregularmente licenciado e recebeu tratamento médico da organização militar, conforme documentação acostada.

Os argumentos relativos à nulidade no rito da sindicância e da anulação de sua incorporação não encontram amparo na documentação anexada.

A sindicância, instaurada em 8 de agosto de 2006, foi regularmente instruída, com inquirição do sindicato e realização de inspeção de saúde pela junta médica oficial (cf. doc. fls. 142, 147-148) do dia 1º de novembro de 2006, cuja conclusão foi no sentido de que a enfermidade do autor preexistia ao ato de incorporação (cf. doc. fls. 172-173).

O autor foi notificado, em 11 de novembro de 2006, para defesa (cf. doc. fl. 175), mas ele deixou transcorrer em branco o prazo concedido pela Administração (cf. doc. fl. 176).

A inércia do autor acarretou, portanto, a preclusão para

eventual insurgência quanto às conclusões da junta médica oficial, não havendo que se falar em cerceamento de defesa na esfera administrativa" (fls. 516/519e).

Da mesma forma, no que se refere ao alegado dano moral, a Corte Federal fundamentou que, "embora o artigo 37, § 6º, da Constituição Federal estabeleça a responsabilidade da Administração Pública por danos morais causados a servidor militar quando demonstrada a falta ou falha da Administração na prática de algum ato para com aquele, a narrativa constante da inicial não é suficiente caracterizar tal responsabilidade. **A alegação de falsidade quanto ao resultado da inspeção de saúde, realizada pelos profissionais médicos do Exército, desprovida de qualquer elemento probatório, não se mostra capaz de atrair a incidência do dispositivo constitucional mencionado acima. Ausente, pois, a prova de ilícito perpetrado no âmbito da atividade castrense, notadamente quanto a alegada falsidade na declaração dos médicos da Organização Militar, não há que se falar em indenização por danos morais"** (fls. 518/519e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAL MILITAR. DESCONTOS INDEVIDOS REFERENTES AO LIMITE REMUNERATÓRIO. VANTAGENS PESSOAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. EXAME DE OFENSA AO ART. 333, II, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7 E 211/STJ. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.

1. Agravo regimental no qual se questiona, além do dissídio jurisprudencial, a ofensa ao artigo 333, II, do CPC ao argumento de que compete ao réu, ora agravado, o ônus da prova de que foram realizados descontos nos proventos do agravante (abate-teto constitucional).

2. **Diversamente do que se sustenta no recurso obstado, a questão foi dirimida pelo reconhecimento de que o autor, ora recorrente, não fez prova do fato constitutivo do seu direito, ou seja, foi aplicado o inciso ou seja, segundo o acórdão recorrido, o**

autor-agravante nem sequer juntou os contracheques referentes ao período anterior e posterior à incidência do suposto redutor das vantagens pessoais. O único documento apresentado diz respeito à tabela criada por contador particular e não comprovaria o efetivo desconto nos proventos de aposentadoria. **Desse modo, a revisão do que foi decidido requer a apreciação do conjunto probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.**

3. A Corte de origem não analisou o suposto fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, o que reflete a falta de prequestionamento da questão. Incide à hipótese a Súmula 211/STJ.

4. Não ocorreu a devida demonstração do dissídio jurisprudencial, conforme determinam os artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RI/STJ.

5. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 127.872/PI, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/04/2012).

"PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, IV, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. INCAPACIDADE PREEXISTENTE AO RETORNO DO SEGURADO DO RGPS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA PREJUDICADA.

(...)

III - **Havendo o Tribunal de origem, com lastro no conjunto probatório dos autos**, concluído que a incapacidade do recorrente é preexistente ao seu reingresso no sistema de previdência social, **a inversão do julgado demandaria o reexame desses mesmos fatos e provas, o que é vedado no âmbito do recurso especial ante a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ. Precedentes:** REsp n. 1.473.719/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 19/4/2018, DJe 8/5/2018; e AgInt no AREsp n. 1.053.204/MT, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 13/6/2017, DJe 27/6/2017.

IV - **A incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.**

V - Agravo em recurso especial conhecido para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento"

(STJ, AREsp 1.354.584/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/02/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

(...)

3. O Tribunal *a quo* negou provimento à Apelação do ora recorrente e assim consignou na decisão: "Embora o apelante tenha razão em não se conformar com o fato de que esperou muito tempo para que se realizasse a segunda cirurgia, não há indícios de que essa demora decorra de ato atribuível à Administração Pública militar, tanto omissivo quanto comissivo, muito menos de recusa injustificada do Exército Brasileiro. Ademais, conforme argumentação da apelada - sem que o autor a tenha refutado com base em elementos probatórios a segunda cirurgia (aquela de fl. 398) não se realizou pela insistência do autor em que ela ocorresse no Hospital Beneficência Portuguesa, quando, na verdade, o Hospital do Exército tinha condições técnicas de fazê-lo. E como já ressaltado em decisão proferida por este Tribunal no agravo de instrumento (fls. 347/348), a infecção sofrida por ele quando da primeira cirurgia é algo inerente aos ambientes hospitalares - novamente, não se demonstraram anormalidades nos procedimentos médicos. De todo modo, por conseguinte, não estão presentes pressupostos da responsabilidade civil do Estado. Ante o exposto, voto por negar provimento à apelação. É o voto. (fls. 531-532. grifo em itálico acrescentado).

4. **Quanto ao pedido de indenização por danos morais, é inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, a qual busca afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos. Aplica-se o óbice da Súmula 7/STJ.** A propósito: AgRg no AREsp 815.388/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 11/2/2016; AgRg no AREsp 796.421/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 17/2/2016, e AgRg no REsp 1.531.438/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 11/9/2015.

5. No mais, com relação à apontada afronta ao artigo 5º, inciso V, da CF, não se pode conhecer do recurso, porquanto o exame da violação de dispositivos constitucionais é de competência exclusiva do Supremo

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.

6. Por fim, não fez o recorrente o devido cotejo analítico. Não demonstrou, portanto, as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles.

7. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.698.584/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. AFRONTA AO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALEGADA OMISSÃO, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, ACERCA DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE, PELO STJ. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. **CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DA PROVA DOS AUTOS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DANO MORAL. ARTS. 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. ART. 1º, II, DA LEI 8.906/94. INAPLICABILIDADE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.**

I. (...)

IV. Conforme jurisprudência desta Corte, "não há cerceamento de defesa quando o julgador considera desnecessária a produção de prova, mediante a existência nos autos de elementos suficientes para a formação de seu convencimento. Ademais, **aferir eventual necessidade de produção de prova demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7/STJ**" (STJ, AgRg no REsp 1.322.962/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/06/2015).

V. **A alteração do entendimento adotado pelo Tribunal a quo, a fim de se concluir pela responsabilidade civil do Estado, por dano moral e à imagem, demandaria, necessariamente, a revisão do conteúdo fático-probatório da causa, de forma a**

também atrair a incidência da Súmula 7/STJ.

VI. O art. 1º, II, da Lei 8.906/94 - que elenca as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas como exclusivas da advocacia -, não possui densidade normativa a sustentar a tese segundo a qual, nos processos administrativos disciplinares, instaurados no âmbito da Polícia Militar do Estado de São Paulo, o julgamento, pela autoridade competente, deve ser precedido de parecer, formulado pela Procuradoria do Estado. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 336.592/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 06/05/2017; AgRg no AREsp 483.083/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/04/2015).

VII. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.061.970/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/10/2017).

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora